

INDISCIPLINA EM SALA DE AULA: O JOGO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO PARA UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA

INDISCIPLINE IN CLASSROOM: THE GAME AS A METHODOLOGICAL INSTRUMENT TO SOLVE THIS PROBLEM

Edna Ferreira dos Santos*
Marcio Tadeu Girotti**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é, através de uma pesquisa qualitativa, fazer uma análise dos fatores responsáveis pela indisciplina em sala de aula, abordando a questão da indisciplina como um dos maiores problemas enfrentados pelas escolas atuais, sendo esta uma dificuldade encontrada em todos os níveis da educação brasileira, independente da situação social do indivíduo. Trata-se também da determinação das causas da indisciplina escolar e de suas consequências no processo ensino-aprendizagem, sugerindo ações alternativas, sendo que o fenômeno indisciplina pode ser relacionado a fatores internos ou externos à escola. Nessa investigação, enfatizaremos o vínculo existente entre família-escola-sociedade e a importância da transmissão de cultura, valores e regras. E para amenizar as dificuldades que os professores enfrentam na sala de aula com a indisciplina, sugerimos uma nova estratégia de ensino, a atividade lúdica, o jogo, como recurso pedagógico a ser utilizado em sala de aula.

Palavras-chave: Indisciplina. Escola. Família. Sociedade. Jogos.

ABSTRACT

This work aims to analyze features responsible for the indiscipline in classroom, under a qualitative standpoint. To do so we approach such question as one of the biggest problems faced in the schools nowadays, either in all levels of Brazilian Education, and no matter subject's kind of social environment. We also highlight possible causes of indiscipline and its consequences in teach-learn process; from it we suggest alternative procedures, considering the fact that the indiscipline could be related to internal and external features of school. In this investigation, we stress the relation between family-school-society and its importance in the transmission of culture, values and rules. As a final remark, we propose that the "game" (the playful activity) as a pedagogical resource to ease the difficulties that teachers face in classroom due to indiscipline.

Keywords: Indiscipline. School. Family. Society. Games.

* Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE (Pirassununga-SP). Bolsista de Iniciação Científica (bolsa da Instituição Fatece). edna.dossantos@hotmail.com

** Professor da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE (Pirassununga-SP). Mestre e Graduado em Filosofia pela Unesp/Marília-SP e Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Orientador desta IC. girotti_mtg@hotmail.com

Introdução

A complexidade do termo indisciplina é objeto de estudo discutido por vários pesquisadores. As pesquisas demonstram o quanto se perde tempo com questões de indisciplina, nos levando a refletir e pensar que o mais importante, em certo sentido, é descobrir onde e como o problema se manifesta, para então, encontrar soluções e tentar amenizar o quanto antes a situação.

Assim, o objetivo deste trabalho é, através de uma pesquisa qualitativa, fazer uma análise dos fatores responsáveis pela indisciplina em sala de aula. E, dessa forma, após a investigação bibliográfica e, esperando encontrar caminhos que resultam na melhoria de métodos e metodologias que ajudem na redução cada vez mais significativa da indisciplina em sala de aula, é que sugerimos a atividade lúdica.

Acredita-se que os jogos poderão contribuir, de maneira positiva, como instrumento de socialização, de conhecimentos, de aprendizado, de reflexão, que intervém de forma significativa na formação integral do aluno. Pelo referencial teórico pesquisado pode-se observar que muitos autores (Antunes, Kamii, entre outros) aprovam a prática de jogos em sala de aula, como um recurso pedagógico eficiente que une teoria e prática.

A expectativa é que por meio das regras, presente nas atividades, o aluno seja reeducado na sua maneira de agir. Nesse sentido, espera-se que o jogo, se não banir, pelo menos, amenize o problema de indisciplina em sala de aula. Sendo que essa atividade não é restrita ao ambiente escolar, os jogos podem ser praticados pelos familiares em casa, com os amigos na rua, na escola, ou seja, o jogo é uma atividade prazerosa que diverte, ensina, educa, socializa, promove interações, independente do lugar que se realiza.

Esse trabalho busca de alguma forma contribuir para que os professores possam refletir e melhor entender o porquê de alguns comportamentos. Qual seria o motivo dos alunos se comportarem de maneira inadequada dentro da sala de aula? Seria cansaço, ou irritação de ficar muito tempo sem sair do lugar? Assim, com estas interrogações, e procurando uma nova maneira de lidar com esses novos sujeitos históricos – que pensam, que reivindicam, que questionam, que desafiam o professor – é que propomos essa nova metodologia.

1 Indisciplina em sala de aula

O problema da indisciplina em sala de aula, na maior parte das escolas, de um modo geral, tem sido uma das maiores preocupações existentes entre os educadores em todo Brasil. Pesquisas pedagógicas têm demonstrado o quanto se perde tempo em sala de aula com questões de indisciplina. Um ato indisciplinado, por menor que possa parecer, pode ter consequências gravíssimas, passando de indisciplina para um ato de violência escolar. Segundo Guimarães (1996, p. 73, grifo do autor), o termo indisciplina pode assim ser definido:

[...] se verificarmos os sentidos que a língua portuguesa reserva para os conceitos de indisciplina, disciplina e violência, encontraremos algumas definições, tais como; ‘todo ato ou dito contrário à disciplina que leva à desordem, à desobediência, à rebelião’ constituir-se-ia em indisciplina. A disciplina enquanto ‘regime de ordem imposta ou livremente consentida que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.)’, implicaria na observância a preceitos ou normas estabelecidas. A violência, por sua vez, seria caracterizada por qualquer ‘ato violento que, no sentido jurídico, provocaria, pelo uso da força, um constrangimento físico ou moral.

A indisciplina tem sido um grave problema, sobretudo, na sala de aula, gerando situações de conflitos. Os professores por não saberem, ao certo, como lidar com a complexidade do problema indisciplina, muitas vezes optam pelo abandono da profissão; e aos alunos muitas vezes desmotivados, também abandonam a escola. Um aluno indisciplinado traz para a escola os valores e comportamentos que ele aprendeu até aquele momento, ou seja, no seu convívio familiar ou social. O que se tem questionado é que muitos desses “indisciplinados” têm sido vítimas de influências negativas vindas da sociedade e da própria família. Muitos ignoram que crianças não nascem sabendo conceitos, valores e princípios sendo que é necessário ensiná-los.

1.1 Influências no comportamento dos alunos

Pode-se perceber que a indisciplina é um fenômeno que abrange muitos aspectos sendo que estes podem ser relacionados a fatores internos e externos às escolas. Como fatores externos à escola, tem-se primeiramente a influência do ambiente familiar, das mídias, da televisão, cuja programação é apresentada de forma brutal, não levando em consideração horários e telespectadores; da internet, e da própria sociedade

que se transforma a cada dia e se torna mais intolerante e violenta, e ainda as desigualdades sociais que geram revoltas.

E como fatores internos, pode-se destacar, como ponto principal de indisciplina, o relacionamento aluno e professor, e o relacionamento entre alunos, pois, convivem num mesmo ambiente, aluno de vários níveis sociais, econômicos e com culturas diferentes, com um histórico de vida diferente. Assim como o excesso de alunos por sala de aula, que faz com que o ambiente fique conturbado. O relacionamento com os demais funcionários da escola, inspetor de alunos, serventes, cozinheiras, tudo isso reflete no comportamento do aluno principalmente na sala de aula. Dentro do ambiente escolar o aluno deve se sentir importante e respeitado, pois, está aprendendo a exercer a cidadania, a qual o aprendizado é garantido por lei. Além disso, o aluno está inserido como um ser social, em um ambiente social e educacional, que é constituído por profissionais de educação, que devem analisar o aluno com afetividade, tanto do ponto de vista pedagógico, como psicológico. O papel do professor ou do educador é reconhecer os problemas a serem resolvidos por intermédio da interação professor e aluno.

1.2 O ambiente escolar pode favorecer a indisciplina

A indisciplina em sala de aula não precisa necessariamente vir acompanhada de contestação, conflitos, barulhos. O aluno pode ser indisciplinado mesmo em silêncio, se recusando a participar da aula, ou seja, não cumprindo com os deveres de aluno, como não fazer as tarefas, não trazer para aula o material solicitado, etc.

Quanto ao ambiente escolar, é um local propício a muitos acontecimentos, muitas pessoas diferentes convivem juntas diariamente, sendo que a interação nem sempre acontece de forma espontânea, e qualquer descuido pode causar momentos de indisciplina.

A esse respeito, em uma entrevista concedida à revista Nova Escola, Yves La Taile (2008) indica caminhos para trabalhar com a indisciplina no ambiente escolar. Para o psicólogo, a escola deve investir em formação ética no convívio entre alunos, professores e funcionários, sendo que os alunos precisam de princípios e não só de regras.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que criar cidadãos éticos é uma responsabilidade de toda a sociedade e suas instituições. A família,

por exemplo, desempenha uma função muito importante até o fim da adolescência, enquanto tem algum poder sobre os filhos. A escola também, na medida em que apresenta experiências de convívio diferentes das que existem no ambiente familiar - se deixo meu quarto bagunçado, o problema é meu; se deixo uma classe bagunçada, o problema não é só meu. (LA TAILLE, 2008).

Atualmente, as escolas precisam rever sua postura, isto é, seus conceitos com relação à ética e aos valores morais, que tanto a escola como a família abriram mão, os limites foram ultrapassados. Consequentemente, a indisciplina tomou conta dos espaços escolares, chegando ao ponto de agressões verbais e físicas contra alunos, funcionários e principalmente professores. A esse respeito, Yves La Taile (2008) relata que as escolas têm que eleger seus próprios princípios coerentes com a Constituição brasileira: liberdade, respeito, igualdade, justiça, dignidade, sendo que a dimensão moral da criança tem que ser trabalhada desde muito cedo, pois conceitos e valores se aprendem.

A dimensão moral da criança tem de ser tratada desde a pré-escola e se estender por toda a trajetória do aluno. O trabalho pode ser feito de forma simples ou sofisticada, não importa: o que a escola não pode é silenciar. Décadas atrás, tiraram a disciplina Educação Moral e Cívica do currículo. É bom que ela tenha sido eliminada por causa de sua ligação com a ditadura militar, mas o problema é que não colocaram nada no lugar. Moral, ética e cidadania se aprendem, não são espontâneas. (LA TAILLE, 2008)

Não se trata de saudosismo, mas uma política educacional nova baseada em princípios, valores morais, éticos, adequadas para as crianças, jovens e adolescentes da atualidade, pois estes estão sendo obrigados a conviver com o fenômeno da indisciplina advinda de vários campos sociais. Além da influência das mídias, de uma forma geral, vivemos em uma sociedade composta pelas mais diferentes culturas, etnias, nível social e econômico, em que o respeito mútuo é a base para a convivência. A escola tem sido um local onde crianças passam a maior parte do tempo. Uma escola para ser conceituada como boa deve ter um bom espaço físico, profissionais qualificados e comprometidos com o ato de educar. Essa escola deve ter ousadia no sentido de inovar, buscar elementos que estimulem os alunos para que estes se interessem pela aquisição de conhecimentos. Assim, essa escola deve saber que todos os seus alunos são diferentes, cada um com suas peculiaridades, com interesses e aptidões diferentes. Sendo que dentro do ambiente escolar, pessoas distintas são obrigadas a conviverem, algumas portadoras de traumas, outras vítimas de violência advindas da própria família. Nesse sentido, a escola tem o dever de saber trabalhar com as diferenças, independente da condição social ou dos limites físico ou intelectual de cada um. De acordo com Rego

(1996), a base para a convivência em toda a sociedade, principalmente a escolar, são regras e normas que possibilitem o diálogo e a interação entre as pessoas.

A vida em sociedade pressupõe a criação e o cumprimento de regras e preceitos capazes de nortear as relações, possibilitar o diálogo, a cooperação e a troca entre membros deste grupo social. A escola por sua vez, também precisa de regras e normas orientadoras do seu funcionamento e da convivência entre os diferentes que nela atuam. Nesse sentido, as normas deixam de ser vistas como prescrições castradoras, e passam a ser vistas como condição necessária ao convívio social. (REGO, 1996, p. 86).

A indisciplina no ambiente escolar tem se manifestado de diversas formas. E esse fato vem sendo motivo de preocupação constante para diretores, professores, pais e para os próprios alunos. Esse fenômeno escolar, indiscutivelmente, é apontado como um fator principal que tem alterado em muitas escolas a rotina escolar.

Dessa forma, pode-se perceber que o fenômeno indisciplina se expressa por meio de um comportamento perturbador. Sendo que pode acontecer com que o responsável por esse comportamento transforme-o em delitos: como levar armas para escola, usar drogas dentro do recinto escolar, agredir o professor e os próprios colegas de sala de aula. É preciso que a sociedade se conscientize que este fenômeno, da indisciplina escolar, não é problema exclusivo da escola, e que a mesma não tem que resolver sozinha. Esse problema de comportamento que está sendo vivenciado nas escolas, nada mais é que o resultado da omissão de valores, se as crianças não conhecem valores, se não foi a elas transmitido não é justo cobrá-las. Segundo Durkheim (2008), as novas gerações são influenciadas pelas gerações adultas no meio em que vivem.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais dela exigidos tanto pela sociedade política em seu conjunto quanto pelo meio especial ao qual ela está particularmente destinada. (DURKHEIN, 2008, p. 36-37).

No que diz respeito à transmissão e perda de valores e princípios, não se pode deixar de salientar que a própria sociedade vem aos poucos perdendo valores fundamentais como respeito, solidariedade e fraternidade. E assim acabam contribuindo mesmo sem querer para que as crianças, jovens e adolescentes não se apropriem da importância desses valores, porque não os foram apresentados. Consequentemente, extrapolam limites instituídos, confundem liberdade com libertinagem, porque o

ignoram, não os conhecem. De acordo com Durkheim (2011, p. 59), é através do nosso exemplo que moldamos a alma de nossas crianças.

Educação é a ação exercida sobre as crianças pelos pais e professores. Tal ação é constante e geral. Não há período na vida social e nem mesmo, por assim dizer, momentos durante o dia em que novas gerações não estejam em contato com os mais velhos e, por conseguinte, não recebam influência educadora. Esta não se faz sentir somente nos breves instantes em que pais e professores comunicam conscientemente, por meio do ensino propriamente dito, os resultados de suas experiências. Há uma educação inconsciente que não cessa jamais. Através de nosso exemplo, das palavras que pronunciamos, dos atos que realizamos, moldamos continuamente a alma de nossas crianças.

Nesse sentido, podemos concordar com o autor que, provavelmente, uma pessoa que desde muito pequena é devidamente orientada, que é instruída e convive em um ambiente saudável, e ainda tem bons exemplos na escola, em casa e na sociedade, a probabilidade dela apresentar problemas de comportamento inadequado é praticamente inexistente.

Não basta por grades nas portas e janelas, e ficar esperando que alguém resolva o problema. É preciso ir além: diretores, professores, pais e a própria sociedade tem que enfrentar o problema diretamente. Considerando o tempo que as crianças passam dentro da escola, convivendo a maior parte do dia com professores e funcionários da escola, pode-se perceber que ela exerce um papel fundamental na formação dos alunos. Nesse sentido, não cabe à escola apenas limitar a transmitir conhecimento acumulados; é preciso educá-los. A escola, segundo Durkheim (2008), é insubstituível na vida da criança, e que a mesma deve aproveitar essa fase da criança, que começa a desenvolver sua personalidade e a instruir, aproveitando que, nessa idade, a sociedade ainda não a influenciou.

A vida escolar consiste em um momento decisivo, único, insubstituível, no qual podemos formar a criança, dado que nessa fase de sua vida a sociedade ainda não alterou profundamente sua natureza, ainda não despertou nela sentimentos que a tornam parcialmente refratária à sua vida em comum. Estamos diante de um terreno virgem, sobre o qual podemos semear germes que, uma vez que criam raiz, tenderão a se desenvolver por sua conta própria. (DURKHEIM, 2008, p. 230).

De acordo com a citação, o período escolar é o momento certo de investir na criança, é a fase que pode se comparar a mente da criança a uma tabula rasa, que não tem nada gravado ainda, é só prepará-la de modo adequado. O que se espera é que a

escola seja um local que se eduque, se instrua, se socializa e acompanhe os alunos até que estes se formem cidadãos e sejam inseridos na vida adulta, aptos para conviverem com independência e autonomia.

1.3 O olhar da escola para a indisciplina

Atualmente, não se pode perder tempo discutindo quem tem a obrigação de educar as crianças. Educar é um processo que envolve a participação de todos na transmissão de valores que são essenciais para a construção da personalidade da criança. Alguns diretores têm agido de forma autoritária, considerando-se capaz de decidir quem tem o direito de permanecer na escola, excluindo dos alunos, ditos indisciplinados, o direito à educação. Para esses diretores tem sido mais fácil tirar o problema de dentro da escola e jogar para sociedade. Mas que perspectivas que se tem em relação ao futuro de um aluno que apresenta problemas comportamentais, e ainda é tirada a possibilidade de aprender a exercer a cidadania? Como se sente este aluno? Será que os mesmos estão conscientes, que com essa atitude só estão agravando o problema? Quem representa o Estado nesse dever não é a sociedade nem a família, é a escola; portanto, cabe à escola tomar a iniciativa de refletir acerca de uma prática metodológica, que trabalhe especialmente estes alunos ditos problemáticos. De acordo com Aquino (1996), as escolas não estariam preparadas para atender as necessidades desse novo sujeito histórico.

O que se pode subtrair dos fenômenos que rondam esta nova escola é a indicação de um impacto do ingresso de um novo sujeito histórico, com demandas e valores, numa ordem arcaica e despreparada para absorvê-la plenamente. Nesse sentido, a gênese da indisciplina não residiria na figura do aluno, mas na rejeição operada por esta escola incapaz de administrar as novas formas de existência social concreta, personificadas nas transformações do perfil de sua clientela. (AQUINO, 1996, p. 45).

Segundo a citação, os alunos não estão sendo orientados devidamente, pois, a escola não tem o devido preparo para trabalhar com esse novo perfil dos alunados. Sendo que pode se observar que os alunos indisciplinados são os que mais necessitam da escola. Será que atualmente as escolas reduziram-se ao papel de apenas ensinar? Não se trabalha mais a figura humana, para que a Escola somente pretende preparar os alunos para o ingresso no Ensino Superior, visando prepará-los para o Exame do

Vestibular. É assim que as escolas formam cidadãos conscientes, críticos e responsáveis?

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

O que se pode observar é que aparentemente a escola e sua política educacional teriam sido constituídas com bases idealizadas em sujeitos passivos de gerações passadas e não estariam preparadas para atender esta nova geração de sujeitos ativos, contestadores e que não são mais aqueles alunos submissos, obedientes, dos quais a escola estava acostumada a modelar. Sendo que essa nova geração, esse novo sujeito histórico inserido no ambiente escolar, não pode mais ser coagido e nem modelado facilmente. Esse sujeito, entre outras coisas, exige que um novo modelo educacional supra suas expectativas, desperte seu interesse. Assim, não é suficiente o saber fazer, mas o porquê fazer. Exige-se uma escola que inclua todos, promovendo a equidade e coesão social, que desenvolva uma educação equilibrada e diversificada que alunos considerados menos capazes não sejam esquecidos no fundo da sala de aula. Vale lembrar que algumas escolas só conseguem trabalhar com alunos que se adaptam ao seu sistema. Nesse caso, pode-se perceber que esta escola não pode ser considerada boa, pois, alunos bons se adaptam em qualquer escola.

A escola que verdadeiramente cumpre o seu papel tem que se adequar à realidade brasileira; procurando educar, instruir, socializar e preparar os alunos para o exercício da cidadania. É seu dever ter que trabalhar com estes alunos. É imprescindível entender que a escola é a base de formação para a cidadania, e que crianças não nascem corrompidas, não nasce indisciplinadas, não nascem violentas. Muitas causas externas influenciam todos nós, que somos influenciáveis, neste caso a prevenção, o trabalho direcionado, especialmente aos alunos considerados mais difíceis, pode ser uma alternativa para que a paz se instaure na sala de aula.

1.4 A família como causa da indisciplina escolar

Diante das mudanças sociais, pelas quais estamos passando, se faz necessário uma reflexão: o que queremos formar? O que podemos modificar? Está claro que é preciso mudanças, investir mais na formação do professor, valorizando, respeitando-o como um funcionário qualquer, mas que trabalha numa área que exige que ele tenha

uma formação continuada, então se torna necessário que ele tenha condições de investir na sua carreira. E quanto ao aluno é preciso, de acordo com a literatura utilizada (vários autores concordam com isso), que a escola o instrua mais cedo possível, pois, o que se aprende na infância permanece guardado para a vida toda e a educação escolar é diferenciada da educação familiar, que recebem dos pais.

A família é a principal base de desenvolvimento para as crianças, sendo a primeira influência na educação das mesmas. É por meio das relações familiares que a criança começa a formar uma imagem de si mesma e do mundo em que ela vive. Atualmente, atravessamos uma fase de transição, a família já não é a mesma dos tempos de nossos avós, novas concepções de famílias agora imperam. Os pais passam o dia inteiro fora de casa trabalhando e, em muitos casos, a família é constituída apenas por um deles, que tenta cumprir os dois papéis.

Diante dessas mudanças e transformações que vem ocorrendo na família, os pais parecem estar um tanto confusos, e não sabem bem como agir em relação às crianças. Assim, esses pais passam pouco tempo com as crianças e tendem a educar de uma forma superprotetora, buscando compensar suas ausências com mimos, não conseguindo impor-lhes tarefas, limites e respeito. De acordo com o psicólogo La Taille (1996, p. 22), os pais se sentem inseguros perante os filhos, e aceitam seus desejos por medo de frustrá-los: “a família, antes era organizada em função dos adultos, passa a ser organizada em função das crianças”.

Os pais devem ser firmes mostrando para os filhos a realidade da vida como ela é sem fantasias. Aos pais cabe a tarefa de prepará-los, porque em determinados momentos da vida ouvir um ‘não’ vai ser inevitável, é preciso que a criança seja preparada nesse sentido, caso contrário, será uma pessoa frustrada. A criança vai ver o mundo da forma que a elas foi transmitido. Nesses casos, os pais devem ter confiança na forma como educam seus filhos, e ter consciência que se agirem corretamente seus filhos estarão mais bem preparados para a vida.

Em alguns casos, os pais não querem repetir a mesma educação que tiveram, ou seja, eles foram educados por pais rigorosos, autoritários ou tiveram carências materiais ou afetivas e guardaram alguns ressentimentos de seus pais em relação à educação que receberam. Dessa forma, não querem repetir esta mesma educação e acabam sendo muito permissivos, e os pais muito permissivos nem sempre são os melhores. Dizer um ‘não’ é mostrar limites, é uma forma de dizer que ama, que se preocupa. Segundo La Taille (1996, p. 9, grifo do autor), se perguntarem hoje em dia, porque as crianças não

obedecem a seus pais e nem a seus professores, a resposta mais adequada seria: é porque não ensinaram limites a essas crianças – “[...] parece ser esta queixa atual, traduzida notadamente pelo vocabulário ‘limite’: as crianças hoje não teriam limites, os pais não imporiam, a escola não os ensinaria, a sociedade não exigiria, a televisão os sabotariam, etc”.

A partir do momento que os pais fizerem com que seus filhos respeitem os limites, e compreendam que outras pessoas existem, e que estas pessoas também têm direitos, e merecem ser respeitadas, poderemos acreditar que no futuro teremos uma sociedade democrática.

Pode-se observar que as crianças reproduzem as atitudes e comportamentos dos adultos e não é muito comum às famílias estarem atentas a estes detalhes no ambiente familiar, como ser educada umas com as outras, falando sempre em voz baixa, pedir licença, por favor, saudações como bom dia, boa noite, ser sempre cordial, solidário. A vida em sociedade exige esses conceitos e quem já os possui encontra maiores facilidades no meio social.

Outra mudança que devemos ressaltar é a entrada da mulher no mercado de trabalho, devido ao capitalismo (séc. XIX) surgiram oportunidades de emprego nas indústrias, e as mulheres passaram a fazer parte desse mercado, situação que tem mudado muito a vida econômica e social da família. Essa rotina acelerada em que a mulher está submetida pode contribuir para a desestruturação da família. A partir do momento em que a mulher é obrigada a passar mais tempo no trabalho do que com os familiares, o diálogo se torna escasso, os carinhos mais raros e assim vai gerando um afastamento entre eles. Esse fator de ordem econômica pode estar prejudicando a vida familiar, inclusive na educação dos filhos e até comprometendo seu desenvolvimento escolar. A situação não é tão simples, e os pais por muitas vezes se sentem confusos, desorientados, atarefados com tantas mudanças e conflitos que tem que ser resolvidos. Mas se os pais estão confusos, imaginem as crianças? Segundo Durkheim (2011), para acompanhar as transformações pelas quais a família e a sociedade vêm passando, há uma necessidade para que a educação também mude para se adequar às novas exigências:

[...] à medida que se avança na história, a evolução social se torna mais rápida; uma época não se parece com a precedente; cada tempo tem sua feição. Novas necessidades e ideias surgem sem cessar; para poder atender às incessantes mudanças que sobrevêm, assim, nas opiniões e hábitos, é preciso que a própria educação mude e, por

consequente, permaneça em estado de maleabilidade que permita a transformação. (2011, p. 75).

De acordo com a citação, à medida que a sociedade vai evoluindo, é inevitável que ocorra mudanças e a família nessas últimas décadas vem sofrendo mudanças. Antes, a família era constituída por pai, mãe, irmãos, hoje em dia é muito comum apenas mãe e filhos. É bom que a criança saiba que seus pais se interessam por ela, procurar entender o que está acontecendo com seu filho já é o primeiro passo para ajudá-lo. Sempre que necessário cabe aos pais interferir na vida pessoal da criança, se o problema for na escola, os pais devem ir lá verificar o que está acontecendo. Vale lembrar que a educação é um investimento a longo prazo.

1.5 Educação como um problema social

De uma forma geral, o termo sociedade pode ser assim definido: um grupo de pessoas vivendo numa mesma comunidade, com objetivos comuns, ou seja, pessoas que compartilham dos mesmos interesses sejam interesses políticos, religiosos, educacionais e etc. Sendo que cada sociedade é composta por vários grupos sociais, como a família, a escola, o trabalho e etc. A convivência em grupo é um fator determinante para formação do caráter de um novo ser, sendo que o indivíduo ao nascer já se encontra em um conjunto de ideias morais e religiosas, normas e condutas socialmente estabelecidas que padronize e regule as ações sociais do indivíduo independente de sua vontade. Nesse sentido, a educação representa um fato social, pois, é algo que é imposto ao indivíduo ao nascer, não lhe dando opção de escolha, a sociedade é quem determina que tipo de educação vai ser imposta.

Ainda nessa concepção, a sociedade e a família, entre outros, também é estudada a partir do conceito de fato social, pois suas características de exterioridade-coercitividade, face aos indivíduos, impõem realidades anteriores. Dessa forma, a sociedade e o meio social em que vive o indivíduo é que determina que tipo de educação deverá ser aplicada. Essa influência da sociedade na educação e no modo de vida das pessoas pode ser percebida de diversas formas no dia a dia das pessoas.

A família é um grupo social muito importante na formação da criança. Dentro desse grupo social cada membro exerce um papel e tem sua função definida dentro dessa estrutura social. Sendo que os pais exercem um papel fundamental na educação

dos filhos. À medida que a sociedade evolui, também os conceitos familiar e educacional se transformam acompanhando as mudanças.

Infelizmente, as crianças estão chegando à escola sem o devido preparo, e os adolescentes estão se rebelando, se revoltando contra tudo e contra todos, agredindo qualquer forma de autoridade, desrespeitando as leis, sem falar da indisciplina no ambiente escolar. A educação familiar, com a falta de tempo dos pais, aos poucos, está sendo transferida a outros membros da sociedade, tal educação acaba sendo atribuída ao professor, ao profissional de saúde, a igreja, enfim, a educação da criança passa a ser um dever de toda a sociedade e não apenas dos pais.

A partir do momento que a sociedade se conscientizar que a educação das crianças é um problema de ordem social, que todos devem contribuir, ficará mais fácil para alcançar o mesmo objetivo. De acordo com Durkheim (2008), um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, forma um sistema determinado com vida própria, seria a padronização de formas de conduta e pensamento; denominado consciência coletiva.

A consciência coletiva é, em certo sentido, a forma moral vigente na sociedade. Ela aparece como um conjunto de regras fortes e estabelecidas que atribuem em valor e delimitam os atos individuais. É a consciência coletiva que define numa sociedade o que é considerado 'imoral', 'reprovável' ou 'criminoso'. (2008, p. 86, grifo do autor).

Segundo a citação, embora o homem tenha sua consciência individual, seu modo de se comportar, de viver a vida e interpretar os fatos, ele sempre os fará de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade, sem mesmo que ele possa perceber. A ideia de Durkheim é que os indivíduos que participam da mesma sociedade compartilham valores, crenças e normas coletivas que os mantêm integrados. Portanto, uma sociedade somente pode funcionar se tais valores, crenças e normas, que constroem as atitudes e comportamentos individuais, se mantiverem integrados, provocando uma solidariedade básica, que orienta as ações dos indivíduos.

Mesmo com tantas mudanças e inovações tecnológicas no mundo atual, o homem nasce como um dos seres mais frágeis do planeta. Nasce totalmente dependente de outro ser humano, precisa de proteção, afeto, segurança, enfim, alguém que o eduque que o transforme em um ser digno de ser chamado humano. Não sobreviveria só com seus instintos, é inevitável que a geração anterior transmita valores à nova geração.

2 Cadê as atividades lúdicas?

Ao iniciarem o ensino fundamental, os alunos trazem consigo a experiência obtida na educação infantil, onde predominava o brincar, as brincadeiras, os jogos, a música e o cuidar. Nessa nova etapa de educação, os mesmos se deparam com uma realidade muito diferente daquela que conheciam; não existe mais o brincar, as brincadeiras e os jogos, na maioria das escolas, ocorrem somente no momento do recreio, que tem duração de quinze a vinte minutos, e a criança tem que se alimentar, ir ao banheiro, tomar água e brincar. O predominante, agora, é a transmissão de conhecimento em sala de aula, onde o aluno deve permanecer por quase cinco horas sentado, de preferência em silêncio e sem se levantar da cadeira. Essa mudança brusca na vida da criança pode causar desinteresse pela escola, e pelo conteúdo a ser trabalhado, causando indisciplina na escola.

Nessa fase, o aluno ainda não tem vínculos com esta escola, não sabe nem o que fazer nos primeiros dias, não há estímulos que proporcione a interação e a socialização entre si. O professor preocupa-se em preencher o tempo de aula com atividades dirigidas, com os alunos sentados e com a sala em silêncio. O aluno não está acostumado, precisa sentir-se valorizado e acolhido. Uma nova metodologia que desperte o interesse e promova a interação e a socialização do aluno pode anemizar essa problemática. De acordo com Antunes (2001, p. 32), o professor deve alternar suas metodologias, a tradicional aula expositiva, usando a mais apropriada ao devido contexto: “é importante que o professor conheça outras estratégias de ensino e saiba alterná-las com a aula expositiva, da mesma forma que um competente mecânico seleciona a ferramenta certa para consertos específicos”.

O momento de transição da educação infantil para o ensino fundamental é caracterizado pela tensão entre os dois níveis de ensino. Na educação infantil predomina as atividades lúdicas, e as relacionadas ao cuidar, aliadas à questão da afetividade. No ensino fundamental há uma preocupação maior com a transmissão de conteúdos, o aluno tem que tomar conta de si, poucos adultos, não existe mais o cuidar, cada um cuida de si. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998), esse período de mudanças na vida da criança é muito significativo, devendo ser preparadas com antecedência para isso: “a passagem da educação infantil para o ensino fundamental representa um marco significativo para a criança podendo criar ansiedades e inseguranças” (BRASIL, 1998, p. 84).

De acordo com a bibliografia pesquisada, vários autores são favoráveis à introdução de jogos como metodologia de apoio complementando a aula expositiva, pois os mesmos estimulam e favorecem o aprendizado, além de contribuir para a socialização e formação de personalidade, como a afetiva, a social, a cognitiva. Além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades como coordenação, destreza, rapidez e concentração.

2.1 Jogos como atividades complementares

A palavra jogo pode ser usada para definir diferentes atividades, tendo sua origem no vocabulário latino *iocus*, que significa diversão, brincadeira. Nos dicionários, a palavra jogo significa atividade física ou mental conduzida de acordo com regras onde cada participante joga em direta oposição aos outros resultando em perda ou ganho. De acordo com Kami e DeVries (1991), um jogo deve permitir que exista a possibilidade de oposições e de ações, elaboração de estratégias, ter características importantes para a educação e para o desenvolvimento das crianças. Para a autora, um bom jogo deve seguir três critérios amplos, para ser útil no processo educacional;

- Propor alguma coisa interessante e desafiadora para as crianças resolverem;
- Permitir que as crianças possam se autoavaliar quanto ao seu desempenho;
- Permitir que todos os jogadores possam participar ativamente do começo ao fim do jogo. (KAMI; DEVRIES, 1991, p. 5).

De acordo com Celso Antunes (2001), durante muito tempo confundiu-se ensinar com transmitir conhecimentos, o aluno era um agente passivo da aprendizagem, acreditando que a mesma ocorria pela repetição, e os alunos que não aprendiam eram responsáveis pelo fato e mereciam ser castigados. Atualmente, o interesse do aluno é que comanda o ensino e aprendizagem, suas experiências e descobertas, e o professor é um agente gerador de situações estimuladoras e eficazes. A esse respeito pode-se afirmar:

É nesse contexto que o jogo ganha um espaço como ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno, que como todo pequeno animal adora jogar e joga principalmente sozinho e desenvolve níveis diferentes de sua experiência pessoal e social. O jogo ajuda-o a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem. (ANTUNES, 2001, p. 36).

Já Constance Kamii (1991), em seus trabalhos, enfatiza os aspectos do desenvolvimento cognitivos e o desenvolvimento da operatividade e também a importância das trocas interindividuais, sendo que sem a interação entre os pares, não pode construir sua lógica, os seus valores sociais e nem morais: “o jogo é uma forma de atividade particularmente poderosa para estimular a vida social e a atividade construtiva da criança” (1991, p. 9).

O jogo pode ser considerado muito mais que uma atividade lúdica, onde a criança tem um papel fundamental. Atualmente o jogo é algo que deve ser intrínseco ao processo educacional. Ele é visto como uma atividade que proporciona o crescimento e o desenvolvimento físico e psíquico das pessoas.

Dessa forma, os jogos são de grande importância, pois, desafiam a previsão e a imaginação fazendo com que exerçam as habilidades da memória e da inteligência. Os mesmos possuem regras que definem o início e o final, envolvem dois jogadores que se confrontam como adversários. E, como resultado, sempre um ganha e o outro perde. Dessa forma, os jogos realizam nas crianças um papel educativo, o respeito às regras e o respeito por si e pelo outro. E ainda transmitem por entre linhas a mensagem que nem é possível ganhar e que perder faz parte do processo de aprendizagem, do amadurecimento, ou seja, prepara o aluno para os desafios da vida.

Nos jogos, ao interagirem com os adversários, os alunos podem desenvolver o respeito mútuo, buscando participar de forma leal não violenta. Confrontar-se com o resultado de um jogo e com a presença de um árbitro permitem a vivência e o desenvolvimento da capacidade do julgamento de justiça e de injustiça. [...] em relação a postura diante do adversário podem desenvolver atitudes de solidariedade e dignidade, nos momentos, por exemplo, quem ganha é capaz de não provocar e não humilhar, e quem perde pode reconhecer a vitória dos outros, sem sentir-se humilhado. (BRASIL, 1997, p. 25).

Vivemos em uma época dominada pela tecnologia, pelos meios de comunicação e por uma sociedade extremamente capitalista que a todos influencia e domina, mas principalmente as crianças são as maiores vítimas desse sistema. Nesse sentido, o lúdico de uma forma geral, mas principalmente o jogo, pode ser uma alternativa para manter a criança afastada dessas influências, principalmente da TV. Sendo que com as crianças o jogo trabalha a mente e o corpo e ainda a interação com aos pares. Essa prática deve ser iniciada pela escola e apoiada pela família, pois, jogando, a criança conhece a si próprio, os outros, os seus limites e aprende as regras para conviver em grupo.

O que se quer ressaltar é que as atividades competitivas realizadas em grupos ou times constituem uma situação favorável para o exercício de diversos papéis, estilos pessoais, e, portanto, numa situação que promove um melhor conhecimento e respeito de si mesmo e dos outros. (BRASIL, 1997, p. 60).

Segundo Constance Kami (1991, p. 38), os jogos com regras são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças, “as crianças se desenvolvem não apenas social, moral, e cognitivamente, mas também política e emocionalmente através dos jogos com regras”.

Com isso, percebemos que os jogos trazem contribuição significativa para o educando em vista de sua convivência com os pares, mas também diante dos relacionamentos em meio à sociedade. Nesse ponto, veremos que os jogos podem contribuir de alguma forma para o melhoramento da questão da indisciplina, uma vez que pela atividade lúdica o indivíduo é posto em situações reais de sua vida pessoal e social. Dessa forma, o jogo é o ponto de partida para o desenvolvimento integral do aluno, pois, o mesmo proporciona momentos decisivos que fazem com que a criança aprenda superar obstáculos, aprender novos conceitos, favorecendo que o aluno construa uma nova visão de respeito ao próximo, de solidariedade, de interação, de princípios morais. Assim, o aluno ao mesmo tempo em que aprende a conviver em sociedade, tem oportunidades para desenvolver seu potencial ao máximo.

2.2 O Jogo e as implicações na indisciplina

O jogo na sala de aula não é simplesmente um passa tempo, por meio dele a criança dá vazão à energia, desperta o senso crítico, aprende a tomar decisões. Assim, o jogo é conceituado como atividade física e (ou) mental. Existem algumas modalidades que exige elementos físicos, como futebol, vôlei, basquete, entre outras. Mas o jogo vai muito além disso, sendo que as normas, as regras utilizadas nas atividades, se incorporam na formação da personalidade da criança.

Essa atividade dá a possibilidade de observação ao professor, que observando seus alunos jogando, poderá perceber a personalidade de cada um. Assim, o mesmo poderá analisar a necessidade dos alunos, e planejar que tipo de jogos vai auxiliá-lo no sentido de trabalhar na resolução do problema, no caso a indisciplina, o comportamento, ou aprendizagem.

[...] existe a possibilidade de se abordarem diferentes jogos e atividades e se discutirem as regras em conjunto com os alunos, tentando encontrar as razões que as originaram propondo modificações, testando-as repensando sobre elas e assim por diante. A compreensão das normas pode que advir daí é completamente diferente de quando as regras são consideradas absolutas, inquestionáveis e imutáveis. (BRASIL, 1997, p. 61).

Sendo que as diversas modalidades de jogos existentes permitem a educação e a reeducação do comportamento. A pessoa que o pratica se torna mais reflexiva (acostuma a pensar), mais solidária, cooperativa, ou seja, uma pessoa com condições de conviver bem em sociedade, pois conhece os limites, regras, normas, o respeito por si e pelo outro, enfim, aprendeu os valores e princípios do qual tem condições de compartilhar com a família e a sociedade

Ao mesmo tempo o jogo contribui para a saúde física e mental, pois desenvolve habilidades motoras, auxilia no processo de aprendizagem, incentiva o espírito de liderança, desenvolve a criatividade, ajuda na tomada de decisão, desenvolve a autonomia da criança. Ao realizar um jogo a criança interage e socializa-se, adquire um prazer em participar de atividades lúdicas em grupo.

Na modalidade física proporciona: o crescimento físico, o fortalecimento da estrutura muscular, a coordenação motora de uma forma geral. É uma atividade que descontra, permite que a criança libere suas energias, torna-a mais espontânea, mais livre e segura para expressar seus sentimentos e necessidades. Segundo Constance Kamii (1991, p. 40), as regras ajudam a criança a desenvolver a iniciativa e interagir: “a responsabilidade de cumprir regras e zelar pelo seu cumprimento, encoraja o desenvolvimento da iniciativa, da mente alerta e dizer honestamente o que pensa”.

Os jogos com regras são aqueles que se joga em grupo ou em duplas seguindo normas pré-estabelecidas, visando um objetivo. No dicionário Aurélio (2001, p. 592), regra pode ser definida como: “aquilo que regula, dirige, rege, governa; Fórmula que indica o modo correto de falar, raciocinar, agir, etc., num dado caso; O que está determinado pela razão, pela lei, ou pelo costume; Estatutos de certas ordens religiosas. Método, ordem”.

O jogo de regras ajuda a criança a aceitar o ponto de vista dos demais, limitar sua própria liberdade em favor dos outros, a ceder, a questionar e a compreender. Por meio dos jogos a criança terá que se adaptar a um código comum, “as regras”, podendo

ser criado por iniciativa própria, ou por outras pessoas, mas deverá obedecer limites, porque a violação das mesmas traz consigo uma consequência, um castigo.

Para Durkheim (2008), a regra serve para orientar a criança que em sociedade não podemos agir de acordo com nossa vontade, que não importa o poder, o dinheiro e que devemos mostrar para a criança que dentro de qualquer circunstância temos limites, não podendo nossas ações excedê-los.

A regra é um instrumento de libertação e liberdade, precisamente porque nos ensina a moderação e a maestria de si. Acrescento ainda que especialmente nas sociedades democráticas como a nossa que ensinar a criança essa moderação salutar é ainda mais indispensável. (DURKHEIM, 2008, p. 62).

De acordo com a citação, as regras proporcionam liberdade e libertação a partir do momento em que organizam a nossa vida e a vida em sociedade, sendo que a ausência de regras nos levaria a indisciplina, e a vida em sociedade sem regras seria o caos. Sem as regras não teria como distinguir e limitar os maus instintos e maus impulsos que nos traria violência e infelicidade. De acordo com o site Jogos Educativos, os jogos são de extrema importância para as crianças com dificuldades de aprendizagem e concentração, pois, os mesmos estimulam o aluno e desperta sua curiosidade, proporcionando uma forma prazerosa de aprender, bem diferente daquela que era quase uma “decoreba”. E o jogo pode, além de possibilitar momentos agradáveis, facilitar a forma de educar as crianças, fazendo com que a sala de aula se torne um lugar mais agradável, mais disciplinado.

A disciplina também pode ser desenvolvida através dos jogos, pois é necessário ter uma ordem para efetuar a atividade e quando há um interesse pelo que está sendo apresentado, a criança contribui para essa ordem. Sendo assim, o tema, por mais difícil de ser ensinado e compreendido, é melhor absorvido quando há o interesse, a curiosidade e a disciplina e em todos esses aspectos os jogos educativos podem contribuir. (JOGOS EDUCATIVOS).

Assim, os professores devem escolher a modalidade dos jogos que condizem com os conteúdos a serem trabalhados e com os objetivos almejados, fazendo dos jogos um complemento à parte teórica, tornando o ensino mais significativo.

2.3 O jogo como intervenção para a indisciplina

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação no Ensino Fundamental (1998), os alunos geralmente adquirem o conhecimento pelas regras do

convívio escolar, mas desconhecem sua natureza e as razões pelas quais foram estabelecidas. Há uma necessidade, atualmente, que urge na sociedade, nas escolas, na família, de pessoas preparadas para conviver em sociedade, pessoas que conheçam valores, princípios, pessoas que saibam o verdadeiro significado da palavra autonomia.

“Autonomia” é originalmente de um termo político que significa “autogoverno”, o oposto de heteronomia, que significa, “ser governado por outrem”. Autonomia não é a mesma coisa que liberdade completa de fazer tudo aquilo que se quer. Requer controle mútuo dos desejos, ou negociações para tomar decisões que parecem adequadas a todos os envolvidos. (KAMI, 1991, p. 20, grifo do autor).

Visando esses problemas sociais é que propomos o trabalho com jogos nas primeiras séries do Ensino Fundamental, sendo que os jogos são atividades favoráveis à introdução de regras no cotidiano dos alunos. O professor deve incentivar os alunos a participar dessas atividades, procurando dialogar com os mesmos, explicando melhor o que são as regras, qual a sua importância e quais regras podem ser negociáveis e o porquê outras não se pode mudar.

A prática escolar distingue-se de outras práticas educativas, como as que acontecem na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nas demais formas de convívio social por constituir-se uma ação intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças e jovens durante um período contínuo e extenso de tempo. (BRASIL, 1996, p. 33).

Para iniciar o planejamento da aula incluindo jogos, os professores precisam refletir sobre o conteúdo a ser ensinado e os objetivos almejados. E a partir dessas informações, selecionar, entre as várias modalidades existentes, uma que seja adequada ao conteúdo a ser trabalhado. Essa estratégia de usar o jogo como uma ferramenta para mudar o comportamento de crianças indisciplinadas, a princípio, pode assustar o professor.

A maneira de brincar e jogar sofre uma profunda modificação no que diz respeito à questão socialização. Ocorre uma ampliação da capacidade de brincar; além dos jogos de caráter simbólico, nos quais as fantasias e os interesses pessoais prevalecem, as crianças começam a praticar jogos coletivos com regras, nos quais tem de se ajustar as restrições de movimentos e interesses pessoais. (BRASIL, 1996, p. 45).

É óbvio que toda mudança que envolve novas concepções metodológicas envolve o “assumir riscos”, flexibilização e tempo; não é de um dia para outro que a criança vai mudar seu comportamento. Esse trabalho precisa de tempo, paciência e perseverança. Segundo Aquino (1996), os tempos mudaram e a indisciplina na escola

pode estar indicando o ingresso de um novo sujeito histórico, com outras necessidades e que o problema em si não estaria na figura do aluno, mas na escola por ser incapaz de administrar as novas formas de existência social concreta, ou seja, os tempos passaram e muita coisa evoluiu, as crianças atualmente já nascem em contato com as novas tecnologias, e vão evoluindo cada vez mais de geração em geração, a escola, os professores tem que acompanhar essa mudança.

[...] o professor também tem que reaprender seu ofício e reinventar seu campo de conhecimento a cada encontro. [...] o aluno concreto (aquele do dia a dia), de forma oposta, obriga-nos a sondar novas estratégias, experimentações de diferentes ordens. (AQUINO, 1996, p. 54).

O professor é um agente que provoca transformações e deve acreditar no trabalho que realiza. Não há um modelo de aula incluindo jogos para o professor. Ele deve procurar as modalidades que se encaixam dentro da necessidade da sua sala: quais jogos se adaptariam ao perfil de seus alunos?

No caso de indisciplina, comportamento, sugerimos os jogos com regras, pois, nos jogos as crianças as cumprem sem reclamar, e aos poucos a criança aprende a se comportar conforme as regras estabelecidas pela ocasião dos jogos que está sendo aprendido na escola. Dessa forma, seria importante fazer com que a criança participe desses jogos que usam regras, por meio do qual a criança aprende a lidar com as limitações, no tempo, no espaço, enfim, aprende o que pode e o que não pode fazer. Espera-se que a criança acostumada a conviver com essas regras, mude sua forma de pensar, pois, as mesmas incorporam, inconscientemente, na personalidade da criança, mudando sua forma de agir. Além disso, a criança poderá levar esse tipo de comportamento, viver segundo as regras, para outros campos de sua vida como a família, a sociedade, o trabalho entre outros.

Os jogos poderiam ser trabalhados a partir dos primeiros anos do Ensino Fundamental, dessa forma facilitaria o trabalho do professor que aos poucos incluiria as regras nas atividades de sala de aula. Sendo a educação um investimento a longo prazo, a preocupação com a disciplina na escola deveria ser uma constante e o trabalho de prevenção deveria ser iniciado o quanto antes, ou seja, antes do problema ser constatado. Ao abordar essa metodologia como estratégia de ensino, o professor pode então ter perspectivas positivas a respeito de educação. Esses alunos que aprenderam através do lúdico, do jogo, ou seja, que aprenderam por meio da vivência, poderá ter a

possibilidade de agir de forma estratégica na resolução de problemas e desafios de sua vida pessoal ou acadêmica.

O jogo é uma forma diferente de ensinar, por meio da vivência, o que facilita o trabalho do professor, e por sua grande variedade pode ser utilizado como complemento em todas as disciplinas, matérias, para facilitar o entendimento dos conteúdos específicos ao mesmo tempo em que trabalha a socialização. Essa nova proposta metodológica, mais dinâmica, deve ser vista como algo possível de se realizar no ambiente escolar, podendo ser uma alternativa ‘a mais’ para tentar auxiliar o trabalho com as crianças, dependendo apenas da vontade do professor para aprender a jogar.

Considerações finais

A indisciplina em sala de aula tem se apresentado como um fenômeno na maioria das escolas. Essa manifestação explícita por parte dos alunos pode ser uma denúncia ou mesmo um pedido de socorro, um aviso que algo não vai bem com respeito à educação, seja em casa ou na escola. Os profissionais que trabalham com a educação precisam ficar atentos a essas manifestações, pois em seus comportamentos podem encontrar elementos que denunciem qual carência precisa ser suprida.

Dentro das possíveis causas que possam levar à indisciplina estão: o cansaço de ficar muitas horas dentro da sala de aula sentado escrevendo muito; a desestruturação da família; o trabalho da mãe, que a retira de dentro de casa, entre outros.

Devido à complexidade do problema indisciplina, essa investigação não aconselha que apenas a escola, a família ou mesmo a sociedade, procure meios de combater a indisciplina por si só, é preciso uma transformação nos conceitos educacionais que estão sendo usados nas escolas. Pois sabemos que as crianças são vítimas de um sistema que é anterior ao seu nascimento.

Diante dessa problemática, procuramos mostrar a aplicação da atividade lúdica como possível solução para o problema da indisciplina em sala de aula. Após a pesquisa bibliográfica realizada entre diversos autores, pode-se observar que o jogo em sala de aula poderá ser um valioso instrumento educacional, e se bem trabalhado poderá contribuir de forma positiva no processo disciplinar. É importante ressaltar que os jogos, independente do espaço que se realize, sala de aula, quadra ou pátio, deverá ser valorizado, pois proporciona novos conhecimentos, novas formas de aprendizagem, torna a aula mais atrativa, e o aprendizado menos cansativo. Além de tudo isso, os jogos

de regras também poderão contribuir para a formação de um cidadão consciente, crítico e reflexivo, pronto para viver os desafios que a vida proporciona. Ao aceitar essa proposta, o jogo como atividade complementar na sala de aula, a escola estará preparando o aluno para a vida e não apenas para o mercado de trabalho ou vestibular, pois a vida de um cidadão vai além dos ambientes de trabalho e do acadêmico.

Referências

- ANTUNES, C. **Como transformar informações em conhecimentos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- APPLE, M. W. **Educação e poder**: Porto Alegre: Artes Medicas, 1989.
- AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5. ed. São Paulo: Sumus, 1998.
- _____. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 13. ed. São Paulo: Sumus, 1996.
- ASSENÇO, Z. C. **Indisciplina escolar**. 2011. 32f. Monografia (Especialização em Alfabetização e Letramento) – Faculdade de Tecnologias Ciências e Educação, Pirassununga, 2011.
- BRASIL, **LDB. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 8 Jul 2012.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SELF, 1997a. V. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12640%3Aparametroscurricularesnacionais1o4oseries&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859>. Acesso em: 8 jul. 2012.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SELF, 1998a. V. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei.vol1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 set. 2011.
- CECCON, C. et al. **Conflitos na escola**: modos de transformar, dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
- DRAGONI, S. **Indisciplina**: uma alerta pra mudança. 2011. 41f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Faculdade de Tecnologias Ciências e Educação, Pirassununga, 2011.
- DURKHEIM, É. **A educação moral**. Petropolis: Vozes, 2008.
- _____. **Educação e sociologia**. São Paulo: Hedra, 2011.
- FERREIRA, A. B. H. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa/Aurelio Buarque de Holanda Ferreira: coord. de ed. ANJOS. M.
- FERREIRA, M. B: lexicografia, ANJOS. M. et al. 4ed. Ver. Amp. RJ: Nova Fronteira 2001.,
- JOGOS EDUCATIVOS. **A importância dos jogos educativos**. Disponível em: <http://jogoseducativos.info/mos/view/A_import%C3%A2ncia_dos_jogos_educativos/>. Acesso em: 1 jun. 2012.

- KAMI, C.; DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil**: implicações na teoria de Piaget. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
- KRAMER, S. et al. **Infância**: fios e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 2005.
- LA TAILLE, Y. Nossos alunos precisam de princípios e não de regras. **Nova Escola**, São Paulo, n. 213, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/crianca-adolescente/comportamento/fala-mestre-yves-la-taille-466838.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2011.
- MAGALHÃES, Q. J. D. **A indisciplina versus disciplina**. Escola secundária Fernão de Magalhães, SL, 2008. Disponível em: <<http://dial-b216164.telepac.pt/www/node/568>>. Acesso em: 12 out. 2011.
- NASCIMENTO, C. V. F.; MORAES, M. A. S. **Froebel e o surgimento da primeira infância**. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Simonsen, 1998.
- NISKIER, A. **LDB A nova lei da educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- RODRIGUES, M. C. G. **A indisciplina no cotidiano escolar**: uma visão psicopedagógica. 2010. 56 f. Monografia (Especialização em Didática Metodologia do Ensino Superior) – Faculdade de Tecnologias Ciências e Educação, Pirassununga, 2010.
- RUOTTI, C. et al. **Violência na escola**: um guia para pais e professores. São Paulo: Andhep, 2007.
- SACRISTIAN, J. G. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda, 2001.
- SALVADOR, J. **A sociologia de Durkheim**, 2010. Disponível em: <<http://contatonalua.blogspot.com/2010/05/capitulo-5-sociologia-de-durkheim.html> >. Acesso em: 20 de out. 2011.
- SILVIA, A. M. M. **A violência na escola**: a percepção dos alunos e professores. São Paulo: FDE, 1997. (Publicação: Série Ideias, 28). Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p253-267_c.pdf>. Acesso em: 20 out. 2011.
- TONELLO, M. M. de A. **Comportamento infantil dentro da sala de aula**. 2011. 48f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Institucional) – Faculdade de Tecnologias Ciências e Educação, Pirassununga, 2011.